



A MENSURAÇÃO DO CAPITAL INTELECTUAL

Eder Souza de Lima

Orientadora: Professora **Ana Tércia** Lopes Rodrigues

Porto Alegre, RS, 2010.

RESUMO

No mundo globalizado, a empresa é vista e avaliada como uma organização que realiza a integração de conhecimentos, onde a preocupação maior não está apenas com o que existe no presente, mas inclui-se um conjunto de preocupações e cuidados com as expectativas futuras. Essas expectativas futuras têm uma imensa relação com e determinam a importância dos ativos intangíveis que, é a distinção maior entre as companhias do passado e as companhias que sobrevivem nesta nova economia. Ainda hoje, as vésperas de completar três anos da Lei 11.638/07, os autores da literatura contábil existente não são unânimes quanto ao tratamento contábil a ser atribuído aos ativos intangíveis. Mas todos são unânimes em um ponto: se um ativo intangível proporciona inúmeros benefícios à empresa, é imprescindível criar uma forma/mecanismo para apropriá-lo ao capital e ao resultado das companhias. Esta pesquisa visou trazer uma visão do assunto em epígrafe, tendo como objetivo principal esclarecer o assunto às vistas da Nova Lei das S/A. Após a permissão da contabilização dos ativos intangíveis e sua demonstração, precisamos estudar forma definida de mensuração destes ativos, em especial, do capital intelectual.

Palavras-chave: Lei 11.638/07, Capital Intelectual. Mensuração.

ABSTRACT

In the globalized world, the company is seen and evaluated as an organization that performs the integration of knowledge, where the main concern is not only what exists now, but includes a set of concerns and care of future expectations. These expectations have a great future relationship and determine the importance of intangible assets that is the distinction between the largest companies in the past and the companies that survive in this new economy. Even today, the eve of completing three years of Law 11.638/07, the authors of existing accounting literature are not unanimous regarding the accounting treatment to be allocated to intangible assets. But all are unanimous on one point: if an intangible asset provides many benefits to the company, it is indispensable to create a form / mechanism to appropriate it to the principal and the results of the companies. This research aimed to bring about a vision of the subject under discussion, with the main objective to clarify the matter the views of the New Law of the S/ A. After the Permissions of accounting for intangible assets and its demonstration, one must study shape measurement of these assets, particularly intellectual capital.

Keywords: Law 11,638/07, Intellectual capital. Measurement.

INTRODUÇÃO

As mudanças econômicas globais motivaram, em combinação com as novas tecnologias desenvolvidas, com que todos os setores das empresas demandem contínuas adaptações em sua estrutura organizacional, a fim de acompanharem rapidamente essas inúmeras e rápidas transformações.

Em decorrência disso, surgiu a possibilidade de mensurar e divulgar os ativos intangíveis da organização, que vêm ganhando notória importância nos últimos tempos. Dessa forma, alguns importantes fatores, como marcas, patentes, tecnologias da informação, pesquisa, domínio de conhecimentos, se tornam importantes fatores de agregação de valor e, dentre esses, destaca-se o capital intelectual.

Em decorrência destas transformações tecnológicas, econômicas, sociais e políticas, criou-se uma necessidade por parte das companhias e, especificamente da contabilidade em registrar o valor dos ativos intangíveis das empresas. Porém, devido a diversas linhas de interpretação da Lei 11.638/07 e, posteriormente o conteúdo do CPC 04, não se tem, ainda, uma maneira unânime da forma de se mensurar os ativos intangíveis, principalmente o que tange o capital intelectual.

Importantíssimo salientar que o contador, dentro desse novo contexto, é um profissional imprescindível para munir a empresa com informações claras, objetivas e que representem fielmente a situação patrimonial da empresa. Apesar da absorção por parte destes profissionais da importância da mensuração, há, ainda, uma grande dificuldade em mensurar o capital intelectual. Isso deve-se ao fato de não haver um modelo padrão para desenvolver esta incumbência.

Na pesquisa realizada, busca-se relatar as características e definições do capital intelectual, abordando a relação do contador com os ativos intangíveis por consequência da lei 11.638 de 28/12/2007 e, enumera-se alguns métodos de mensuração do capital intelectual.

O artigo visa levantar diversas questões sobre a Lei das S/A's no que tange a contabilização dos ativos intangíveis, principalmente do capital intelectual. Com base teórica em livros e artigos de diversos autores da área contábil, este trabalho foi desenvolvido para contribuir na necessidade dos profissionais contábeis em mensurar o capital intelectual das companhias.

REVISÃO DA LITERATURA

Ativo Intangível

Não há como se falar sobre a problemática existente no tratamento contábil dos ativos intangíveis sem antes assinalar, ainda que brevemente, a natureza dos ativos, já que esses formam uma das áreas mais complexas da Teoria da Contabilidade, não só em virtude das dificuldades de definição, mas principalmente pelas incertezas a respeito da mensuração de seus valores e de sua vida útil.

Antes de se abordar a definição de ativo intangível, deve-se necessariamente conceituar ativo. Segundo Hendriksen e Breda (1999, p. 286): “ativos devem ser definidos como potenciais fluxos de serviço ou como direitos a benefícios futuros sob o controle da organização”. Nesse sentido, Iudícibus (1997, p. 124) “argumenta que ativos são recursos controlados pela entidade, capazes de gerar fluxos de caixa”. A expressão “controlados”, nesta definição, engloba, além do controle, o conceito de posse e propriedade.

Martins (1972, p. 30) aborda esta questão citando que “ativo é o futuro resultado econômico que se espera obter de um agente”. Nesta definição, agente possui o mesmo significado de recursos para a Economia, que não se restringem apenas aos bens tangíveis, mas também aos intangíveis.

Ambas as definições acima, embora aparentemente simples, são bastante amplas e complexas. São, contudo, um tanto imprecisas, pois não apresentam uma definição clara de quais recursos foram selecionados. Todavia, as mesmas se aproximam mais do conceito de ativo econômico e, na opinião de grande parte dos estudiosos pesquisados de Teoria da Contabilidade, a tendência futura é de uma aproximação entre a Contabilidade e a Economia.

Outro ponto a ser enfatizado diz respeito aos critérios de reconhecimento dos ativos que, segundo Hendriksen e Breda (1999, p. 402), devem ser reconhecidos sempre que preencherem os seguintes requisitos:

Item corresponda à definição de ativo:

Seja relevante – a informação é capaz de fazer diferença na tomada de decisões;

Seja mensurável – existência de um atributo relevante de mensuração suficientemente confiável;

Seu valor seja preciso – a informação é representativamente verdadeira, verificável e neutra.

Atribuir valor a um Ativo Tangível parece ser mais fácil do que a um Ativo Intangível, pois, com raras exceções, e por definição, os ativos tangíveis possuem corpo e não necessitam de uma avaliação com maior grau de subjetividade, levando-se em conta algumas considerações quanto à valoração a preço de custo, de mercado ou de realização.

Assim sendo, a questão permanece nos Ativos Intangíveis, principalmente por ser a essência dos elementos que hoje formam o valor real da entidade, e como observa Martins (1972, p. 54): “Talvez a característica mais comum a todos os itens do Ativo Intangível seja o grau de incerteza existente na avaliação dos futuros resultados que por eles poderão ser proporcionados”. Em outras palavras, a falta de objetividade.

O termo intangível vem do latim *tangere* ou tocar. Sendo assim, os bens intangíveis são aqueles que não podem ser tocados, porque não possuem corpo físico. Contudo, a tentativa de relacionar a etimologia da palavra intangível à definição contábil dessa categoria não será exitosa, haja vista que muitos outros ativos não possuem tangibilidade e são classificados como se tangíveis fossem, tais como despesas antecipadas, duplicatas a receber, aplicações financeiras etc.

A definição mais adequada é, segundo Iudícibus, a de Kohler (apud Iudícibus, 1997, p. 203) que define intangível como “ativos de capital que não têm existência física, cujo valor é limitado pelos direitos e benefícios que, antecipadamente, sua posse confere ao proprietário”.

Outros autores já definem o ativo intangível como direitos e benefícios futuros que não possuem corpo físico, que interagem com os ativos tangíveis para criação de valor corporativo e no crescimento econômico.

Neste contexto, Kayo (2002, p. 14) complementa: “Ativos intangíveis podem ser definidos como um conjunto estruturado de conhecimentos, práticas e atitudes da empresa que, interagindo com seus ativos tangíveis, contribui para formação do valor das empresas.”

Lev (2001, p. 16) define ativo intangível como: “um direito a benefícios futuros que não possui corpo físico ou financeiro, que é criado pela inovação, por práticas organizacionais e pelos recursos humanos”. Ainda segundo o autor, “os ativos intangíveis na criação interagem com os ativos tangíveis na criação de valor corporativo e no crescimento econômico”. Isto pode ser observado, por exemplo, no caso de uma marca (ativo intangível) que valoriza um determinado produto da empresa (ativo tangível).

São considerados ativos intangíveis, segundo pronunciamento internacional IAS 38, “um ativo não monetário identificável sem substância física, mantida para uso na produção do fornecimento de bens ou serviços, para ser alugado a terceiros, ou para fins

administrativos”. Para reconhecer e contabilizar um ativo intangível, o IAS 38 condiciona à exigência de preencher a definição de um ativo intangível e a possibilidade de estimar o custo desse ativo com segurança.

Portanto, com base nas definições acima, podemos definir ativos intangíveis como ativos de natureza permanente, sem composição física, à disposição da empresa que em conjunto aos tangíveis, são capazes de produzir benefícios futuros. São exemplos de Ativos Intangíveis: patentes, franquias, marcas, direitos autorais, processos secretos, licenças, softwares desenvolvidos, bancos de dados, concessões públicas, direitos de exploração e operação, uma carteira fiel de clientes, e entre outros mais, o capital intelectual, do qual trataremos com mais profundidade.

Capital Intelectual

O conhecimento, atualmente, é o novo fator de produção e esse está cada vez mais impregnado nos produtos e serviços prestados pelas companhias. Atualmente utiliza-se cada vez menos matéria-prima e aumenta-se, numa proporção proporcionalmente muito maior, o conhecimento e a informação no ambiente empresarial.

No mercado atual, o fator humano do conhecimento torna-se o recurso com maior agregação de valor dentro da economia mundial e, o capital intelectual deve ser considerado o enfoque principal das empresas no atual momento. A temática “Capital Intelectual” é atualíssima e fator de grande enfoque para os administradores, em especial sob a ótica da gestão empresarial. A economia gira em torno das novas tecnologias da informação, principalmente na área do conhecimento. Com essas variáveis da economia, agregando-se a forte influência tecnológica, voltou-se atenção para as habilidades criativas, atitudes e motivação das pessoas, fatores esses que são agregando valor a empresa.

A conclusão é que, com a junção do conhecimento aos recursos, com enorme valorização, alterou-se a estrutura econômica das instituições e, também, a valorização do ser humano, ponderando que esse é o detentor do conhecimento. Assim, parece bem óbvio que na nova economia os fatores, informação e conhecimento, são as fontes do poder empresarial e a forma de sobrevivência competitiva de longo prazo.

Segundo a visão dos economistas, formadores de opinião, o ser humano é considerado capital por possuir capacidade de gerar bens ou serviços, por meio do emprego da sua força de trabalho e do conhecimento, constituindo-se em importantes fontes de

acumulação de valor e crescimento econômico. Na visão de Sveiby (1997, p. 9), as pessoas são os únicos verdadeiros agentes da empresa. Todos os ativos e estruturas – quer tangíveis ou intangíveis – são resultado das ações humanas.

Com isso, vêm a pergunta a ser tecnicamente esclarecida: o que é Capital Intelectual?

Para Antunes (2002, p. 47) o Capital Intelectual é: “[...] um conjunto de benefícios intangíveis que agregam valor às empresas”. Em outra definição, Antunes (2000, p.78) diz que: “o Capital Intelectual é o conjunto de valores (ou ativo, ou recursos, ou capital) ocultos que agregam valor às empresas e permitem sua continuidade”. Para Edvinsson e Malone (1998, p.19) o Capital Intelectual pode assim ser definido: “é um capital não financeiro que representa a lacuna oculta entre o valor de mercado e o valor contábil. Sendo, portanto, a soma do capital humano e do capital estrutural”.

Contudo não conseguimos, dentre essas formas definidas, encontrar, em suma, o valor de marcas e patentes, carteiras de clientes, tecnologia, entre outros intangíveis. Segundo Stewart (1998, p. 32), “... o capital intelectual corresponde ao conjunto de conhecimentos e informações, encontrado nas organizações, que agrega valor ao produto e/ou serviços, mediante a aplicação da inteligência e não do capital monetário, ao empreendimento”.

Então, podemos chamar de capital intelectual toda captação de informações e manipulação destas em prol da companhia. Não basta termos informações se não subermos usá-las. Antigamente, ao se analisar o desempenho de muitas empresas somente era computado o bem tangível (aquele que se pode tocar). Hoje, não só se computa, como se valoriza os bens intangíveis, dentre os quais está o capital intelectual. Há tempos tem-se tentado computar o capital intelectual, o que não é fácil, pois, é de difícil quantificação. Sua mensuração é indispensável, e sua valorização é uma tendência mundial.

O Profissional Contábil no contexto atual

Há tempos atrás, a imagem do contador era de um profissional que tinha como principal função registrar os fatos contábeis, sem nenhuma participação nas tomadas de decisões e era chamado de “guarda-livros”. Além de controlar a movimentação da empresa, apurar impostos, emitir balanços patrimoniais e outras demonstrações contábeis, é através da contabilidade que os administradores poderão fazer os seus orçamentos e controlar o que foi orçado e alcançado.

Hoje em dia a imagem do contador mudou. Ele é um profissional indispensável para a empresa, pois deve fornecer as informações de forma clara e objetiva para um entendimento preciso por parte dos administradores, empresários e leigos. Além disso, ele também é caracterizado com gestor de informação de seus clientes e o principal suporte para a tomada de decisões em uma empresa. A principal atividade do contador é a de produzir informações que sejam úteis aos usuários da contabilidade. Pode-se dizer que os principais usuários são as próprias empresas, o governo e os agentes financeiros.

Na era industrial as empresas tinham a necessidade de profissionais que tivessem o domínio sobre todo o processo produtivo, para que a empresa pudesse ser mais competitiva. Hoje essa não é mais a principal preocupação, já que, atualmente, para serem competitivas, as empresas necessitam de profissionais que utilizem o conhecimento para saber o que e para quem produzir e se o produto irá satisfazer o mercado que a empresa está atuando. Assim, a exploração do intelectual é uma notória ferramenta da produção e continuidade da empresa nesse novo cenário em que ela se encontra, por isso a empresa necessita de funcionários que saibam usar de forma múltipla o seu conhecimento e que saiba combinar todas as funções tradicionais adicionadas com agilidade, eficiência e qualidade em seu serviço, podendo estar preparado para atuar em qualquer área da empresa em que estiver inserido. Desta forma, o contador ganha, em grande escala, uma tarefa absolutamente importante dentro das organizações, a de participar das decisões que dão rumo ao sucesso ou insucesso da empresa. Mas como já contemplado anteriormente, o contador deve estar preparado para participar da gestão, apresentando sempre de forma fiel os números e atividades da entidade, através das demonstrações financeiras. Porém, a nova lei das S/A contempla a inclusão da conta “intangíveis” no Balanço, o que retrata que a globalização está pedindo passagem para o conhecimento e maior preparo dos profissionais. É papel da contabilidade fornecer melhores informações para a tomada de decisão nas empresas para gerar e agregar valor às decisões, que, em alguma medida, estarão auxiliando na formação do capital intelectual da empresa.

A nova legislação: Lei 11.638/07 e CPC 04

Em 28 de dezembro de 2007 foi publicada a lei 11.638/2007 que altera a tão famosa e conservada lei 6.404/76, a Lei das Sociedades por Ações. Esta alteração na lei trouxe ao contador, entre outras coisas, uma nova visão sobre os ativos intangíveis, que até

então eram muito valorizados, porém não contabilizados, e, muito menos, demonstrados em balanço.

Esta alteração na Lei denota no seu art. 178 a inclusão da conta “intangíveis” no Balanço Patrimonial agrupado ao Ativo Permanente, como segue:

Art. 178. No balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.

§ 1º No ativo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados, nos seguintes grupos:

c) ativo permanente, dividido em investimentos, imobilizado, intangível e diferido. (Lei 11.638/2007, Seção III)

E nos artigos 179 e 183 dispõe sobre a classificação desta conta e dos critérios de avaliação:

Art. 179. As contas serão classificadas do seguinte modo:

VI – no intangível: os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

Art. 183. No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:

VII – os direitos classificados no intangível, pelo custo incorrido na aquisição deduzido do saldo da respectiva conta de amortização. (Lei 11.638/2007, Seção III).

A importância dos ativos intangíveis é a característica distinta da nova economia. Não trata-se nesta alteração de lei, sobre quais intangíveis serão classificados nesta conta, fica muito vago, pois fala sobre bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia.

De modo geral, as demonstrações contábeis existentes até então, já reconheciam estes ativos somente quando adquiridos de outros, no diferido. O investimento no ativo Capital Intelectual pode ser exemplificado quando uma empresa investe em cursos, treinamentos, estágios com a expectativa de retorno futuro. A força de trabalho de uma empresa representa potencial de serviços futuros e conseqüentemente rendimentos futuros, fato que a caracteriza como um ativo da empresa e não despesa, por isso deve ser também contabilizado nesta conta.

A literatura existente não registra com unanimidade quanto ao tratamento contábil a ser atribuído aos ativos intangíveis. Para vários autores, intangível significa o que não possui existência física ou que não pode ser tocado, mas os mesmos autores afirmam que a falta de forma física não é uma condição para separação entre os ativos tangíveis e intangíveis.

A complexidade dessa definição é tão abrangente a ponto de Martins, ao abordar o assunto em sua tese de doutoramento, iniciar com “definição (ou alta de)”.

Se quisermos ligar a etimologia da palavra intangível à definição dessa categoria de ativos, nada conseguiremos, a não ser concluir que não há significado etimológico no conceito contábil. Patentes são consideradas como Ativo Intangível, mas, Prêmios de Seguros Antecipados não possuem qualquer caráter de tangibilidade maior do que aquelas, porém, não pertencem ao grupo dos Intangíveis. Na verdade, Investimentos, Duplicatas a Receber, Depósitos Bancários, representam todos eles, direitos, mas, apesar da falta de existência corpórea, são considerados tangíveis. (MARTINS, 1972, p.53).

Contudo, é certo que, se um ativo intangível proporciona benefício à empresa, necessário se faz criar um mecanismo para apropriá-lo ao capital e ao resultado. É visível, por outro lado, a dificuldade que a contabilidade tradicional encontra em mensurar o valor, quanto o Capital Intelectual representa para uma empresa.

METODOLOGIA

Esta pesquisa utilizou-se de um conjunto de produções bibliográficas e acadêmicas relacionadas ao tema da pesquisa dos últimos anos, caracterizando-se, portanto, em pesquisa com procedimentos de coleta de dados, balizados fundamentalmente em referências bibliográficas, publicações periódicas e anais de eventos científicos. A escolha das fontes de informação foi realizada tendo em vista a relevância do seu conteúdo em termos de teoria e informações sobre o tema da pesquisa. Foram apresentadas e analisadas informações relacionadas ao capital intelectual e aos ativos intangíveis. Dentre os métodos de mensuração, foi escolhido três tipos, os quais são os mais cogitados pelos autores pesquisados.

OS METODOS DE MENSURAÇÃO

Mensuração do Capital Intelectual

Os ativos intangíveis, chamados por alguns de ativos invisíveis, por outros de ativos intelectuais, dentre tantas outras denominações atuais, formam uma das áreas mais

complexas e desafiadoras da contabilidade. Parte dessa complexidade deve-se as dificuldades de identificação e definição desses ativos, mas certamente os maiores obstáculos estão nas incertezas quanto à mensuração de seus valores e à estimação de suas vidas úteis.

Segundo Silva (2003, on-line): “grande parte das organizações tem sua base alicerçada no conhecimento que os indivíduos detêm e não somente em seus ativos físicos. Em função das limitações, existe uma grande dificuldade em mensurar o capital intelectual”.

A contabilidade propõe-se a prover os usuários com informações úteis. Para tal, utiliza-se do processo de identificar, mensurar, registrar e informar as mutações que ocorrem no patrimônio das empresas, de forma a permitir julgamentos fundamentados e decisões respaldadas. Mensurar em contabilidade é traduzir monetariamente o valor econômico dos objetos e eventos. Pode-se comparar a mensuração como uma “lente”, através da qual o administrador vê a realidade da organização. Como qualquer lente, a mensuração pode aumentar, reduzir ou distorcer a imagem que o gestor tem da realidade. Assim, o problema central é estabelecer a “lente” que melhor auxilie o gestor no atendimento dos objetivos da organização.

A mensuração do capital intelectual do ponto de vista econômico apresenta muitas dificuldades, porém, é necessário criar padrões. Os princípios de avaliação contábil não foram produzidos para avaliar a venda de empresas e sim para medir o resultado de suas atividades. O valor patrimonial está voltado ao que já ocorreu. No entanto, o valor de mercado de uma empresa está associado ao seu futuro, ou seja, a capacidade de seus ativos em gerar lucros futuros.

Em virtude da inexistência de um instrumento de avaliação que seja a prova de contestações, o mercado vem atribuindo às empresas, na maioria das negociações, valores substancialmente superiores àqueles encontrados nas peças contábeis formais. Nessa linha, Joia (2001) menciona que o CI é intangível, mas isso não significa que não algumas empresas baseadas no conhecimento, com valor bem acima do registrado nos livros contábeis.

Porém existem alguns modelos que buscam mensurar os ativos intangíveis ou o CI das empresas, dentre os quais destacam-se:

- “*Q*” de Tobin;
- *Diferença entre o Valor de Mercado e o Valor Contábil*;
- *Modelo de Edvinsson & Malone – Modelo Skandia*.

“Q” de Tobin

Proposto originalmente por Tobin e Brainard , o quociente que viria a ser conhecido como o “Q” de Tobin é definido, segundo Famá e Barros (2001, pg. 153), Como a relação entre o valor de mercado de uma empresa e o valor de reposição de seus ativos físicos. Assim, ele representa a razão entre dois valores atribuídos ao mesmo conjunto de ativos, ou seja, relaciona-se com a definição do valor de mercado e com a consideração do valor de reposição dos ativos em lugar de seu valor contábil.

Portanto, em sua formulação básica, o “Q” de Tobin pode ser expresso como:

$$Q = \frac{VMA + VMD}{VRA}$$

Onde: VMA representa o valor de mercado das ações ou capital próprio da firma, VMD é o valor de mercado das dividas, ou capital de terceiros empregados, e VRA é o valor de reposição dos ativos da empresa.

Segundo Stewart (1998, p. 56), O ganhador do Prêmio Nobel James Tobin desenvolveu este método para aplicação em decisões de investimentos da empresa independentemente de influências macroeconômicas, sendo utilizado ativos específicos como veículos e máquinas industriais ou para a empresa como um todo. Mesmo não se tratando de uma medida desenvolvida para medir especificamente o capital intelectual, configura-se num bom referencial ao comparar o valor de mercado da empresa e o custo de reposição de seus ativos.

Os resultados podem ser interpretados da seguinte forma:

- a) Se “Q” < 1 (ou seja, um ativo valendo menos do que seu custo de reposição), é improvável que uma empresa compre novos ativos daquele tipo; e,
- b) Se “Q” >1 (ou seja, um ativo valendo mais do que seu custo de reposição), a empresa tende a investir mais naquele tipo de ativo.

Góis (2000, p. 47) salienta que: “no âmbito da análise do capital intelectual, um “Q” de Tobin de valor elevado significa que a empresa consegue obter uma taxa de retorno de investimento superior à normal. Para Tobin, estas empresas são as que conseguem gerar rendimentos de monopólio. Deste modo, como indicador de capital intelectual, o “Q” de

Tobin identifica a capacidade de uma empresa de gerar lucros superiores à média, em virtude de possuir uma capacidade que as demais empresas não detêm.

O ponto favorável deste em relação aos demais modelos, é que talvez seja o fato de que, ao considerar o custo de reposição dos ativos da entidade, acaba com as distorções oriundas das dispares formas de avaliação a que os ativos podem ser submetidos.

Diferença entre o valor de mercado e o valor contábil

Segundo alguns autores, é o indicador mais utilizado para medir o Capital Intelectual. Assim tendo por base as demonstrações financeiras auditadas, o valor do CI de uma empresa é determinado pela diferença entre o valor contábil e o valor de mercado de uma empresa. Como o valor contábil é o interesse residual nos ativos depois de pagos todos os passivos, a diferença entre o valor contábil e o valor de mercado destina-se a remunerar o valor dos ativos intangíveis, isto é, o capital intelectual.

Este modelo é calculado utilizando-se a seguinte equação: $CI = VM - VC$

Onde CI é Capital Intelectual; VM = Valor de mercado (preço por ação multiplicado pelo número total de ações do capital da empresa) e VC = Valor Contábil (valor registrado no Patrimônio Líquido da entidade).

A simplicidade característica do modelo talvez seja sua maior virtude, já que se o valor de mercado de uma empresa é maior do que seu valor contábil faz sentido atribuir a diferença ao capital intelectual.

Porém, conforme Stewart (1998, p. 102), “tal modelo apresenta-se frágil quando variáveis exógenas interferem no mercado”. No entanto, é preciso considerar que cálculos de capital intelectual que utilizem apenas a diferença entre valor de mercado e valor contábil podem também conter imprecisão, uma vez que os valores contábeis podem sofrer impacto se as empresas escolhem adotar (ou se exige que adotem) planejamento tributário diferenciado com a finalidade de se beneficiarem da redução ou postergação de impostos.

Deste modo, é preciso pensar também em outros indicadores de mensuração dos ativos intangíveis componentes do capital intelectual. Neste sentido, cabe observar que os recursos intangíveis devem ser contabilizados ao longo do tempo.

Modelo de Edvinsson e Malone – Modelo Navegador Skandia

Foi um dos trabalhos pioneiros na tentativa de identificar e mensurar o Capital Intelectual foi realizado pela Companhia Skandia cujo diretor Leif Edvinsson juntamente com Michael S. Malone publicaram uma obra chamada “Capital Intelectual”.

Esta obra descreve a filosofia de Edvinsson a respeito de Capital Intelectual na Skandia, apresentando um modelo de indicador vinculando o capital intelectual com os resultados financeiros obtidos, cujo modelo recebe o nome de “Navegador Skandia”.

A estrutura conceitual do modelo Skandia está baseado em cinco partes:

- *Foco financeiro;*
- *Foco no cliente;*
- *Foco no processo;*
- *Foco na renovação e desenvolvimento; e*
- *Foco na área humana.*

Ele é usado como modelo de planejamento de negócios, fornecendo uma perspectiva geral do passado da empresa (foco financeiro), seu presente (foco do cliente, foco do processo e foco no aspecto humano) e seu futuro (renovação ou foco de desenvolvimento). Por fim dentro de cada uma dessas áreas de foco, foram estabelecidos indicadores que permitem medir seu desempenho.

A seguir serão tratado individualmente cada tipo de foco, a fim de se estabelecer uma equação de Capital Intelectual. Podemos citar alguns, tais como:

Foco Financeiro:

1. Ativo total (\$).
2. Faturamento / Empregados (\$).
3. Lucros / Ativo Total (\$).
4. Valor de mercado (\$).
5. Investimentos em Tecnologia de Informação (\$).

Foco do Cliente:

1. Participação de mercado (%).
2. Número de Clientes (%).

3. Número de clientes perdidos (%).
4. Número de clientes / número de empregados (%).
5. Índice de satisfação do cliente (%).

Foco no Processo:

1. Despesas administrativas / Receita Total (%).
2. Empregados trabalhando em casa / Total de Empregados (%).
3. Conhecimento de Informatica dos Funcionários (%).
4. Equipamentos de informatica adquiridos (%).
5. Contratos regidos sem erro (%).

Foco de renovação e Desenvolvimento:

1. Índice de satisfação dos empregados.
2. Despesas de Marketing / Cliente (\$).
3. Porcentagem das horas de treinamento (%).
4. Porcentagem de empregados com menos de 40 anos (%).
5. Despesas de treinamento / Despesas Administrativas (%).

Foco Humano:

1. Número de Empregados (%).
2. Índice de Motivação (%).
3. Número médio de anos de serviço com a empresa (%).
4. Idade media dos funcionários (%).
5. Número de gerentes do sexo feminino (%).

O Modelo Skandia considerou vários índices para a medição e o cálculo do capital intelectual, embora possam ser adicionados outros índices para uma análise individual da situação da empresa. Assim sendo, chegou-se a seguinte fórmula:

Capital Intelectual Organizacional = iC

Onde C = Valor Monetário do capital intelectual e i = Coeficiente de Eficiência.

O C é obtido de uma relação que contém os indicadores mais representativos de cada área de foco, avaliados monetariamente, excluindo os que pertencem mais propriamente ao Balanço

Patrimonial. O Índice de Eficiência do Capital Intelectual é obtido por meio dos indicadores mais representativos de cada área de foco expressos em porcentagens, quocientes e índices. Na opinião de Antunes (2000, p. 200) o modelo produzido pelo Grupo Skandia para identificar, mensurar e reportar o Capital Intelectual é, até o momento, o mais completo e único que se tem conhecimento, divulgado na forma de Relatório Suplementar às Demonstrações Financeiras.

Várias podem ser as vantagens da mensuração do capital intelectual, tanto para usuários internos ou externos da empresa, como por exemplo:

A empresa pode se conhecer melhor;

Pode utilizar este conhecimento para seu aprimoramento;

Será possível distinguir onde estão, seus pontos estratégicos e aprimorar as habilidades da organização;

Pode identificar as necessidades e os recursos necessários para aplicação no capital intelectual, ou ainda em seus processos ou estrutura;

A empresa poderia estar preparada para reações mais rápidas de mudança, uma característica vital na era do conhecimento;

Os acionistas, analistas de mercado, consultores, investidores e financiadores poderiam balizar suas decisões e análises através dos relatórios emitidos pelas empresas (ANTUNES, p. 124).

Ainda, segundo Antunes (2000, p. 124), a mensuração do Capital Intelectual, através de relatórios, pode somar como vantagem, do ponto de vista externo à organização, o fato de: Os relatórios contendo os indicadores do Capital Intelectual são subsídios valiosos para os analistas e financiadores, pela projeção da futura capacidade de a empresa gerar caixa; Para os acionistas, por sua vez, esses relatórios são de fundamental importância, porque mostram o valor oculto das organizações. Os acionistas podem ter, igualmente, a posição do momento e a visão de futuro, ou seja, as tendências apresentadas pela empresa;

Sua divulgação pode explicar a diferença entre o valor contábil e o de mercado de uma entidade, mesmo não sendo de forma objetiva.

Edvinson e Malone (1998, p.18) trazem uma lista de benefícios decorrentes da possível mensuração do Capital Intelectual:

Relações negociais fortes e duradouras no contexto de redes de parceria;

A lealdade constante dos clientes;

O papel dos empregados em posições-chave, sobre cujo conhecimento e competência se fundamenta o futuro da empresa;

O compromisso da empresa e de seus empregados em aprender e renovar-se ao longo do tempo;

E, mais importante do que tudo, o caráter e os valores de uma empresa, um instrumento fundamental para investidores e executivos examinarem fusões, aquisições, alianças, contratação de pessoal e parcerias.

Em síntese, a mensuração do Capital intelectual busca apresentar o real valor da empresa, satisfazendo, assim, a necessidade de informação dos seus usuários internos e externos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca incessante pela maximização das riquezas da companhia torna imprescindível a atenção a contabilização correta de todos os ativos, tangíveis ou não. A literatura existente sobre o Capital Intelectual é ainda escassa, mas apresenta inúmeros casos e exemplos de organizações que investiram no Capital Intelectual e que, em sua decorrência, obtiveram maior sucesso e valorização junto aos acionistas.

Observa-se que muitas empresas como, por exemplo, a Nike, Microsoft, Coca Cola, tem seu valor de mercado muito superior aos seus ativos físicos, observa-se que o patrimônio delas incorporam valores intangíveis, dentre eles o capital intelectual, o conhecimento.

O que se verifica é que cada vez mais as empresas se preocupam claramente com os ativos intangíveis e com os benefícios futuros que deles podem ser extraídos. Isto ocorre porque, os recursos antes existentes e utilizados na produção eram: capital, terra e trabalho e aos poucos estão sendo agregados os recursos do conhecimento, mediante inovações tecnológicas, os quais estão sendo cada vez mais utilizados para a solução de problemas e para a tomada de decisão, alterando assim o modo de organização e administração das estruturas econômicas e, sobretudo, tornando-se uma forma de valorizar as pessoas.

Segundo a literatura analisada, conclui-se que o Capital Intelectual, se bem utilizado, gera prosperidade e maior competitividade, com a conseqüentemente ascensão e valorização das respectivas empresas, trazendo benefícios aos acionistas e demais stakeholders.

A globalização exige cada vez mais informações para que as tomadas de decisões sejam as mais corretas possíveis. Nesse sentido, a Contabilidade vem oferecendo cada vez mais e com maior rapidez estas informações para seus usuários dando condições de análises rápidas e eficientes, mas, com inúmeras dificuldades para a correta contabilização do Capital Intelectual existente dentro das empresas. A contabilidade registra os custos e despesas das empresas para recrutar, selecionar, contratar, treinar e desenvolver ativos humanos e, portanto, precisa encontrar uma maneira de mensurar esses ativos que um dia geraram “custo” para a companhia. Esse treinamento, gasto de formação, contratação, existe um valor para as entidades que precisa ser contabilizado, mensurado, analisado, avaliado e divulgado.

Stewart (1998, p. 53) para ilustrar comenta “O chefe da contabilidade pode lhe informar o tamanho da folha de pagamento, mas, muitas vezes, não pode lhe informar o custo de substituição das habilidades dos funcionários, e, menos ainda se elas estão sofrendo valorização ou depreciação”.

Essa pesquisas foi conduzida a fim de auxiliar na definição de um caminho confiável e verdadeiro para se avaliar o capital intelectual. Porém, é importante salientar que, até o momento, não se chegou a um senso comum sobre o assunto. Sabemos que existe uma agravante nesse caso, a incerteza dos valores a serem mensurados, que convive com os administradores e contadores diariamente.

No entanto, de alguma maneira, mesmo que por consenso da companhia ou adequação ao mercado, o mundo globalizado não tolera desprezo pelos ativos invisíveis, há de se definir a maneira “ideal” de se formalizar nas demonstrações.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M.M. Capital Intelectual e GoodWill: conceitos, registro e mensuração. Brasília, 2002. 56 f. Monografia. Faculdade de Ciências Exatas, Administrativas e Sociais de Brasília.

ANTUNES, M.T.P. Capital Intelectual. São Paulo: Atlas, 2000, p.139.

EDVINSSON, Leif & MALONE, Michael S. Capital Intelectual. São Paulo – Makron Books, 1998.

FAMÁ, R. ; BARROS, L. A. . Q de Tobin e seu Uso em Finanças: Aspectos Metodológicos e Conceituais. Caderno de Pesquisa em Administração, São Paulo, v. 07, n. 04, p. 27-44, 2001.

FARRÁ, R., PEREZ, Marcelo M. Ativos Intangíveis e o desempenho empresarial. Revista Contabilidade & Finanças USP. Volume 1, Ano XVIII, p.13 –17, Jan / Abr/2006.

GÓIS, C. G. Capital Intelectual: o ativo intangível do século XXI. IN: Congresso Brasileiro de Custos. Anais... Recife/PE. Agosto/2000.

HENDRIKSEN, Eldon S., VAN BREDA, Michael F. Teoria da Contabilidade. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IASC – INTERNATIONAL ACCOUNTANT STANDARD COMITEE – Framework for the preparation and presentation of financial statements.

IUDÍCIBUS, Sérgio de – Teoria da Contabilidade, 5ª edição, Editora Atlas S/A, São Paulo, 1997.

JOIA, L. A. Medindo o Capital Intelectual. Revista de Administração de Empresas. São Paulo. Abril/Junho de 2001.

KAIO, E. K. A Estrutura de capital e o risco das empresas tangíveis e intangíveis-intensivas. Tese (Doutorado em Administração) – FEA/USP, 2002.

LEV. B. Intangibles: management, measurement, and reporting. Washington: Brookings Institution Press, 2001.

LINKE, I. A Importância da Contabilidade de Recursos Humanos. Revista do CRCPR, Curitiba, ano 30, nº 141, p. 21 – 26, 1º quadrimestre de 2005.

MARTENDAL, I. Capital Intelectual. Blumenau, 2004. 47 f. Monografia. Instituto Blumenauense de Ensino Superior.

MARTINS, Eliseu – Contribuição à Avaliação do Ativo Intangível, Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

MAYO, A Valor Humano da Empresa – Valorização das Pessoas como Ativos. Tradução de Julia Maria Pereira Torres. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

PACHECO, V. Mensuração e divulgação do capital intelectual nas demonstrações contábeis: teoria e empíria. 5. Volume. Conselho Regional de Contabilidade do Paraná: Curitiba.

ROCHA, A.M.L. Capital Intelectual: Mensuração dos Ativos Intangíveis e sua evidencialização no balanço patrimonial das empresas. Pitanga, 2005.55 f. Monografia. Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO.

ROSA, A S. O capital intelectual nas empresas: contabilidade e mensuração. Santos, 2004. 27 f. Monografia. Universidade Santa Cecília.

SILVA, S.R. A relevância do Capital Intelectual. Revista do CRCPR, Curitiba, ano 23, nº 136, p. 14 – 25, 2º quadrimestre de 2003.

STEWART, Thomas. Capital Intelectual: A Nova Vantagem competitiva das empresas. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

SVEIBY, K. E. A Nova Riqueza das Organizações. Rio de Janeiro: Campus